

ESPECIAL

especial@grupoatarde.com.br

COLABORAÇÃO Aconteceu algo no seu bairro? Seja um Cidadão Repórter

www.atarde.com.br/cidadaoreporter
POLÊMICA Construção na avenida Adhemar de Barros, liberada sem licença ambiental, deverá ser suspensa

OBRAS DE POSTO DE GASOLINA SEGUEM EMBARGADAS NO BAIRRO DE ONDINA

RAUL AGUILAR

A obra de um posto de gasolina realizada de forma irregular na avenida Adhemar de Barros, em Ondina, deverá ser suspensa, segundo informa a coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (Gepan), Rita Tourinho.

Em agosto, uma reunião promovida pelo Ministério Público do Estado (MPBA), que contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), da Secretaria da Fazenda do Município e da Procuradoria Geral do Município (PGM), sinalizou que, após emissão do parecer do MPBA, mostrando que o Município de Salvador, ao ceder o uso de um espaço público para terceiros, feriu a Lei Orgânica do Município – que estabelece que esse tipo de cessão só pode ser feita se comprovado interesse público e mediante autorização legislativa –, o processo deveria ser extinto.

“Recebemos uma representação no MPBA questionando essa obra. Instauramos o processo e fizemos uma investigação, onde se verificou que existem irregularidades. O Município se mostrou sensível aos argumentos do MPBA e acredito que chegaremos ao acordo para que essa obra não aconteça”, explica Tourinho.

O uso do espaço foi acordado pelo Município de Salvador com o proprietário de um posto de gasolina na Barra, que precisou ser desapropriado para construção de obras públicas. A coordenadora do Gepan pontua que “um particular conseguiu permissão do Município para desafetação do espaço público via contrato de permissão”, em um “procedimento equivocado”.

Tourinho explica que, para ceder um bem de uso comum para uma finalidade privada, é necessário antes mandar uma lei para a Câmara Municipal de Salvador, seguida de uma autorização para firmar um contrato de concessão de uso para desafetar a área, para que ela deixe de ser destinada ao público, e isso não aconteceu. “Não há interesse público na utilização de uma praça, do canteiro central, como posto de gasolina. Existe outro posto a menos de um quilômetro dele”, avaliou.

O secretário de Desenvolvimento e Urbanismo de Salvador (Sedur), Sérgio Guanabara, disse que a obra segue embargada por conta de irregularidades constatadas após fiscalização por agentes do órgão. “Nossa fiscalização esteve lá e constatou que eles iniciaram a obra sem a licença ambiental. Na Sedur, eles obtiveram apenas a licença de construção. Nessa obra, a licença de construção só poderia ser exercida com uma licença do impacto ambiental. Em razão disso, a obra foi embargada e segue assim”, destacou Guanabara.

Guanabara afirma que o MPBA chegou a enviar uma recomendação ao órgão para suspender a licença de construção, coisa que não foi acatada após a Procuradoria Geral do Município (PGM) indicar que não era necessário tal ato, já que a obra se encontrava embargada. Guanabara afirma que o proprietário da obra tentou protocolar um pedido de licença ambiental para tentar retomar o empreendimento, mas a autorização não foi emitida, apesar dele cumprir os


A TARDE chamou atenção para o caso em maio

requisitos, pelo fato da obra estar sob análise da PGM.

“O assunto está sob a alçada da PGM. Ele deu entrada na Sedur com o pedido de licença ambiental. Não liberei em razão dos fatos que chegaram ao meu conhecimento provenientes do MPBA. Como é um fato envolvendo uma questão jurídica, estamos aguardando a PGM indicar o que faremos”, explicou Sérgio Guanabara.

A ouvidora da Câmara Municipal de Salvador, Aladilce Souza (PCdoB), comemora o embargo e avalia que a única decisão possível é o fim da obra, haja vista as “ilegalidades do processo”, que contam com pareceres contratórios dentro da Sedur.

“Além do impacto ambiental, existe a questão do patrimônio público, é uma área pública. Para ocupar qualquer área pública, tem que fazer a desafetação do espaço, e a prefeitura não tinha autorização legislativa para ceder aquela área”, explica Aladilce.

A vereadora ressalta que a decisão pelo embargo da obra e o seu fim são fruto de da mobilização dos moradores e da atuação da Ouvidoria. “Prevaleceu o bom senso e o respeito às normas do município, a legalidade e o interesse público. Construir um posto naquela região é desnecessário. Tem um rio ali, e o risco de contaminação do lençol freático

era muito grande”.

Aladilce cobra agora, do particular ou da prefeitura, que o canteiro onde estava sendo realizada a construção do posto de gasolina seja recomposto, com obras de paisagismo, para que o local volte a ser seguro para os transeuntes de Ondina.

Morada do local, a professora Margareth Sá foi uma das que organizou o protesto contra o empreendimento, que, diz ela, causou diversos danos no local. “No início achamos que era obra da prefeitura. Eles colocaram uma placa de alvará que não dizia nada e que continha erros. Denunciamos à promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público

que não houve estudos para colocar um posto de gasolina em uma rua abafada como essa e por onde passa um rio”, desabafou a moradora, que também aponta impactos da obra na via e lamenta que a prefeitura tenha cedido um espaço que era usado pelos moradores, onde faziam caminhadas e se exercitavam. “Eles enteram dois tanques de combustível imensos, que provocaram vazamentos de água, afetando o abastecimento. Até alagamento está tendo quando chove. O conselho de moradores de Ondina e Rio Vermelho deixou claro ao MPBA que não há interesse público nessa obra”, ressalta Margareth.

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE


Moradores do bairro pediram a intervenção do Ministério Público e da Ouvidoria da Câmara Municipal para suspender obras já iniciadas

Presidente do CRMV defende veterinário à frente da vacinação


DA REDAÇÃO

A escolha, pelo ministro interino da Saúde, o general Eduardo Pazuello, do médico veterinário Laurício Monteiro Cruz como diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde gerou críticas ao governo. Mas o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia (CRMV-BA), Altair Santana de Oliveira, discorda dos que criticaram.

“Criticar a escolha de um médico veterinário para um cargo que envolve saúde é uma ignorância”, definiu.

“A gente não pode mais trabalhar em saúde pública com um conceito hermeticamente fechado de se trabalhar apenas doentes no hospital. O médico veterinário

tem uma formação espetacular na área de epidemiologia. Chega a ser uma ignorância não considerar seu nível de preparo”, explicou Altair Santana em entrevista, ontem, ao Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM.

Para o presidente do conselho, um médico veterinário é preparado para as áreas de epidemiologia, medicina preventiva, imunologia, além de estar ligado à produção de diversas vacinas.

“Recentemente um grupo de veterinários, em uma pesquisa para cavalos, produziu o soro mais potente, que tem anticorpos para o tratamento da Covid-19. As pessoas só lembram do ve-

terinário para a atividade da área de clínica para pet, que também é muito importante”, pontuou. Durante a entrevista, Santana citou Ciro Gomes como exemplo, que utilizou as redes sociais para criticar a escolha de um veterinário para ocupar o cargo de diretor do Departamento de Imunização.

“Muitos dos críticos políticos não podem criticar. Como Ciro Gomes, que é advogado e foi secretário da Saúde do Ceará. Poderia um ministro da Saúde ser um médico veterinário? Claro que pode”, afirmou. Sobre a obrigatoriedade das vacinas, incluindo a da Covid-19, Santana avaliou: “Do ponto de vista científico, elas são seguras, e eficientes meio de controle de doenças”, diz.

“Imagina você não tornar obrigatório vacinar uma criança na época que trabalhávamos para erradicar poliomielite! As crianças, com poucos meses de vida, são obrigadas a tomar vacinas necessárias. Se isso não acontecer, vamos voltar a ter doenças medievais”, finalizou.

ALTAIR S. OLIVEIRA, pres. do CRMV

Bahia registra 5.549 óbitos desde início da pandemia

VITOR CASTRO*

O estado registrou em 24 horas 3.440 novos casos de Covid-19, o que representa uma taxa de crescimento de 1,2%. Outros 47 óbitos e 3.060 diagnósticos de cura também foram registrados. Com os novos números, a Bahia tem agora 265.739 casos confirmados desde o início da pandemia. Deste total, 250.309 já são considerados curados e outros 9.881 encontram-se ativos. No total, já foram confirmados 5.549 óbitos pela Covid-19.

Apenas dois municípios da Bahia ainda não registram casos da doença. A maior proporção de contaminados segue sendo a capital. Desde o início da pandemia, Salvador já registrou 78.297 casos. De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), 74.991 pessoas já são consideradas curadas e 2.368 óbitos foram registrados na cidade.

De acordo com a Sesab, os dados do boletim representam notificações oficiais compiladas pelo Centro de

Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da Bahia (Cievs-BA), em conjunto com os Cievs municipais e a base de dados do Ministério da Saúde até o final da tarde de ontem.

A secretaria informou que dos 1.428 leitos de enfermaria adulto, 570 estão ocupados (taxa de ocupação de 40%). Dos 37 leitos de enfermaria pediátrica, 12 estão ocupados (32% de ocupação). Dos leitos de tratamento intensivo adulto, 616 estão ocupados (53% de taxa de ocupação). Dos 31 leitos de UTI pediátrica, 17 estão em uso (taxa de ocupação de 55%).

Com os novos números, a Bahia tem agora 265.739 casos confirmados